



PT quer cassar candidatura de Geraldo Alckmin

A menos de um dia da eleição, os advogados do candidato à reeleição, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, levaram neste sábado (30/9) ao Tribunal Superior Eleitoral algo que poderá esquentar ainda mais o debate político e intensificar a troca de farpas entre o PT e o PSDB. Trata-se de dois pedidos de investigação judicial eleitoral contra o candidato tucano à Presidência da República, Geraldo Alckmin.

No primeiro, pedido os advogados de Lula relatam que o candidato do PSDB recebeu dinheiro para campanha da ONG Nova Política, que também estaria fazendo propaganda eleitoral em favor do candidato Geraldo Alckmin. Neste pedido, os advogados querem a quebra de sigilo bancário da ONG e da conta de campanha de Alckmin.

Também está elencado na petição um pedido de liminar para que seja autorizada busca e apreensão em todos os comitês de Alckmin. Por fim, os advogados de Lula pedem a declaração de inelegibilidade de Alckmin por violação a legislação de regência e abuso de poder econômico, que seja decretada perda de registro de candidatura e, caso eleito, a cassação do diploma.

No segundo pedido ao TSE, os advogados de Lula afirmam que, desde a apreensão do dinheiro que seria usado para comprar dossiê que envolve candidatos do PSDB com a mídia dos sanguessugas, vem sendo operada pelos representados (Geraldo Alckmin e sua coligação) verdadeira ação ilegal para incutir no eleitorado falsas impressões a respeito do candidato da coligação representante (presidente Lula).

Os advogados do candidato-presidente também afirmam que Alckmin propôs pedido de investigação judicial eleitoral no TSE com o único objetivo de prejudicar a candidatura de Lula, com repercussões por meio da imprensa para desvirtuar as eleições. Eles apontam abuso de poder político e econômico, além de utilização indevida dos meios de comunicação por parte de Alckmin e sua coligação, pedindo investigação, declaração de inelegibilidade e cassação do registro.

O advogado de Lula, **Márcio Silva**, que entregou os pedidos ao TSE, afirmou que a medida não é uma troca de farpas, mesmo porque a representação só surtirá resultados depois das eleições. A demora se deve à necessidade de aguardar todo um trâmite processual legal de citação dos representados, tempo para defesa, juntada de provas e depoimento de testemunhas, o que pode durar mais de dois meses. Márcio Silva ressalta, ainda, que as petições não afirmam nada contra o candidato tucano à Presidência da República, mas apresenta fatos e pede investigação.